

altenpflege.de Edition

Manuais resumidos para a formação de enfermagem - Foco em cuidados de idosos

Theo Ahrens

Direito de responsabilidade e deveres profissionais

presented by

YES
ARCH
ITEC
TURE.

Referências bibliográficas

Theo Ahrens – Breve biografia

Theo Ahrens, nascido em 1979 perto de Munique, é professor de profissões de enfermagem e pedagogo de enfermagem engajado. Após um Ano Social Voluntário em um hospital, ele concluiu uma formação como técnico de enfermagem e acumulou experiência profissional valiosa na unidade de terapia intensiva. Impulsionado por seu desejo de compartilhar conhecimento, estudou pedagogia de enfermagem e começou em 2009 como professor em uma escola técnica em Munique. Theo é conhecido por seu ensino prático e empático, com o qual prepara futuros profissionais de enfermagem para sua exigente carreira. Ele mora com sua esposa e dois filhos em Berlim e dedica-se voluntariamente a melhorar as condições na formação em enfermagem.

Este guia foi formulado a partir de seus documentos existentes, utilizando IA. A tradução foi realizada automaticamente.

Publicado por altenpflege.de

Preço gratuito

Copyright 2024 altenpflege.de

Comentários e sugestões de melhoria para team@altenpflege.de

1/1-2412181526

Índice

1 Introdução	4
1.1 Objetivos deste livro didático breve	4
1.2 Significado da responsabilidade civil e deveres profissionais na enfermagem geriátrica	4
1.3 Papel dos profissionais de enfermagem no direito de responsabilidade e sua responsabilidade	5
2 Fundamentos da responsabilidade civil nos cuidados a idosos	6
2.1 Definição e importância da responsabilidade na profissão de enfermagem	6
2.2 Diferenças entre responsabilidade civil, penal e trabalhista	6
2.3 Relação entre responsabilidade civil, responsabilidade e violação de dever	7
2.4 Fundamentos legais relevantes (BGB, SGB, Código Penal)	8
3 Tipos de responsabilidade	9
3.1 Responsabilidade civil	9
3.2 Responsabilidade penal	10
3.3 Responsabilidade trabalhista	10
3.4 Responsabilidade contratual	11
4 Pressupostos da responsabilidade	13
4.1 Elemento da violação do dever	13
4.2 Causa e Causalidade	14
4.3 Culpa	14
4.4 Dano	15
5 Deveres profissionais dos cuidadores	17
5.1 Importância dos deveres profissionais nos cuidados a idosos	17
5.2 Deveres éticos profissionais	17
5.3 Obrigações legais	18
5.4 Obrigação de documentação e relatórios	19
5.5 Sigilo e Dever de Confidencialidade	20
6 Deveres dos cuidadores em relação aos residentes, familiares e colegas	21
6.1 Deveres em relação aos residentes	21
6.2 Deveres em relação aos familiares	21
6.3 Deveres em relação aos colegas	22
6.4 Deveres em relação a superiores e empregadores	23
7 Violações típicas dos deveres e suas consequências	24
7.1 Violação do dever de supervisão	24
7.2 Violação do dever de documentação	25
7.3 Violação do dever de sigilo	25
7.4 Violação do dever de cuidado	26
7.5 Violação das normas de higiene	27
8 Evitar casos de responsabilidade	29
8.1 Prevenção através da documentação correta de cuidados (Regra dos 6 Rs)	29
8.2 Cumprimento das normas de higiene	30
8.3 Prevenção de quedas através de medidas preventivas	30
8.4 Cumprimento das normas para a administração de medicamentos	31
8.5 Formação e Treinamento sobre Fundamentos Jurídicos e Deveres Profissionais	32
9 Responsabilidade em casos de erros no cuidado	34
9.1 Quais são os erros de cuidados?	34
9.2 Responsabilidade por erros de enfermagem (civil, penal, trabalhista)	34
9.3 Ônus da prova em caso de erros de enfermagem	35
9.4 Consequências dos erros de cuidados	36
10 Importância da documentação de enfermagem no direito de responsabilidade	38
10.1 Significado da documentação de enfermagem	38
10.2 Princípios da documentação (completa, em tempo hábil, objetiva)	38
10.3 Formas de documentação	39
10.4 Erros comuns na documentação e como evitá-los	40
10.5 Consequências legais em caso de documentação incorreta ou incompleta	41
11 Manejo de casos de responsabilidade na prática	42
11.1 Medidas em caso de suspeita de responsabilidade	42
11.2 Colaboração com Supervisores e Empregadores	42
11.3 Comunicação com residentes e familiares	43
11.4 Revisão interna e externa de casos de responsabilidade	44
12 Proteção legal e cobertura de seguro para profissionais de enfermagem	46
12.1 Seguro de responsabilidade civil profissional	46
12.2 Diferença entre seguro de responsabilidade civil privado e profissional	47
12.3 Custos cobertos pelo empregador	48
12.4 Reivindicações de seguro por responsabilidade civil	49

1 Introdução

1.1 Objetivos deste livro didático breve

Este livro didático resumido pretende oferecer-lhe uma visão clara sobre os temas complexos de responsabilidade legal e deveres profissionais nos cuidados com idosos. O foco está em transmitir-lhe o conhecimento necessário para enfrentar os desafios diários em relação à responsabilidade jurídica e ética.

O objetivo é explicar de forma compreensível os diferentes tipos de responsabilidade e seus requisitos legais. Você deve aprender a identificar casos de responsabilidade no dia a dia profissional, evitá-los preventivamente e agir corretamente em situações críticas. Da mesma forma, deve-se aumentar a conscientização sobre a importância da documentação de enfermagem e assegurar seu correto preenchimento.

Um aspecto essencial é entender as violações de deveres, suas possíveis consequências e o desenvolvimento de estratégias para evitá-las. Além disso, você deve entender e internalizar os deveres profissionais como uma parte integrada do seu trabalho diário. Os conteúdos visam transmitir tanto as bases legais como as recomendações práticas de ação, a fim de apoiá-lo de maneira ótima em seu desenvolvimento profissional.

1.2 Significado da responsabilidade civil e deveres profissionais na enfermagem geriátrica

Na assistência a idosos, a responsabilidade desempenha um papel essencial, pois os serviços de cuidado e os cuidadores têm uma grande responsabilidade perante os residentes, familiares e a sociedade. Esta responsabilidade surge da obrigação de garantir um cuidado de alta qualidade, seguro e respeitoso. O não cumprimento destas obrigações pode acarretar consequências legais.

Questões de responsabilidade abrangem principalmente os campos civil, criminal e trabalhista. Uma consequência significativa pode ser o pedido de indenização civil, que surge em caso de violação de deveres por negligência ou dolo. A responsabilidade criminal diz respeito à culpa pessoal do pessoal de enfermagem, especialmente em casos de violações graves que ameacem a vida ou a saúde dos residentes. No contexto trabalhista, violações de deveres podem resultar em medidas disciplinares pelo empregador, até mesmo demissão.

As obrigações profissionais na assistência a idosos incluem diretrizes legais e éticas que orientam as ações dos cuidadores. Estes deveres garantem que os residentes sejam tratados sempre com respeito e dignidade. Isso inclui a obrigação de documentação cuidadosa dos cuidados, que serve tanto para garantia de qualidade quanto para comprovação em caso de responsabilidade. Outras obrigações incluem o sigilo, as normas de higiene e o dever de formação continuada.

Comportamentos inadequados ou a ignorância destas obrigações profissionais podem acarretar não só consequências legais, mas também prejudicar significativamente a confiança dos residentes e de seus familiares. Por isso, é essencial compreender e implementar a importância da responsabilidade e das obrigações profissionais, para garantir uma assistência a idosos segura e eticamente correta. Estes fundamentos constituem a base para uma prática profissional que não só atende os requisitos legais, mas também coloca o bem-estar dos residentes como foco principal.

1.3 Papel dos profissionais de enfermagem no direito de responsabilidade e sua responsabilidade

As equipes de enfermagem desempenham um papel crucial no direito de responsabilidade, pois interagem diretamente com os residentes e são responsáveis pelo seu bem-estar. Sua responsabilidade abrange a garantia de que todas as ações de enfermagem sejam realizadas de forma profissional e cuidadosa. Essa responsabilidade surge da obrigação de cumprir as diretrizes legais e éticas.

O cumprimento do dever de cuidado é essencial. As equipes de enfermagem devem tomar as medidas necessárias a qualquer momento para garantir o bem-estar dos residentes. Isso significa que devem reconhecer e prevenir riscos associados aos cuidados. Não é importante apenas a execução efetiva do cuidado, mas também a documentação correta e a comunicação sobre o que foi realizado na prática de enfermagem.

A responsabilidade no direito de responsabilidade significa também que as equipes de enfermagem devem continuamente expandir sua competência profissional. A participação em treinamentos e cursos de atualização é indispensável para se manter atualizado sobre a prática de enfermagem e as exigências legais. Conhecimentos imprescindíveis incluem normas de higiene atuais, medidas de emergência, bem como o manuseio adequado de dispositivos médicos e medicamentos.

O cumprimento de sua responsabilidade também obriga as equipes de enfermagem a colaborar ativamente em equipe. Isso inclui a comunicação com outros prestadores de serviços de saúde, residentes e seus familiares. Uma documentação cuidadosa dos cuidados não é apenas uma evidência em caso de responsabilidade, mas serve para a colaboração eficaz e garantia de qualidade dos serviços de enfermagem.

Para evitar as consequências de violações dessa responsabilidade, as equipes de enfermagem devem estar cientes de seu papel central e assumi-lo ativamente. Ao compreender sua responsabilidade no direito de responsabilidade, podem minimizar o risco de casos de responsabilidade e melhorar de forma sustentável a qualidade do cuidado. Essa responsabilidade ativa protege não apenas os residentes, mas também as próprias equipes de enfermagem contra consequências legais e contribui para a preservação da reputação profissional.

2 Fundamentos da responsabilidade civil nos cuidados a idosos

2.1 Definição e importância da responsabilidade na profissão de enfermagem.

Responsabilidade na profissão de enfermagem significa a obrigação legal de responder por danos causados por comportamento ou omissão próprios. Na assistência a idosos, a responsabilidade desempenha um papel central, pois os profissionais de enfermagem têm uma responsabilidade especial devido ao contato próximo com pessoas que necessitam de cuidados.

Esta responsabilidade se estende a várias áreas: responsabilidade civil, penal e trabalhista. Na prática, pode envolver reivindicações de indenização por erro de enfermagem, possíveis consequências criminais por violações graves ou medidas disciplinares por parte do empregador.

Os profissionais de enfermagem devem estar cientes das suas obrigações para garantir a segurança e o bem-estar dos recipientes dos cuidados. Isso requer um trabalho cuidadoso, formação contínua e a observância de padrões e procedimentos. Só assim pode-se minimizar o risco de casos de responsabilidade.

A importância particular da responsabilidade na profissão de enfermagem decorre da vulnerabilidade dos que necessitam de cuidados. Qualquer erro pode ter consequências graves. Portanto, a consciência sobre os quadros legais é um componente importante da prática profissional de enfermagem.

2.2 Diferenças entre responsabilidade civil, penal e trabalhista

A responsabilidade na assistência a idosos abrange diferentes áreas do direito: civil, penal e laboral. Cada uma dessas áreas tem seus próprios requisitos e consequências.

Responsabilidade civil exige o pagamento de indenização quando um dano é causado por ação negligente ou intencional. Profissionais de enfermagem podem ser responsabilizados se violarem deveres de cuidado, resultando em danos a um residente. Exemplo: Um residente cai porque um profissional de enfermagem esqueceu de fechar a grade da cama.

Responsabilidade penal ocorre em casos de violações legais que são perseguidas criminalmente. Trata-se de ações culposas que violam o código penal. Possíveis consequências são multas ou penas de prisão. Um exemplo seria a lesão corporal, por exemplo, se um residente se machuca gravemente por negligência porque medicamentos foram administrados incorretamente.

Responsabilidade trabalhista refere-se à relação entre o profissional de enfermagem e o empregador. Aqui, violações de dever podem resultar em medidas disciplinares, como advertências ou demissões. Um caso assim poderia ocorrer se um profissional de enfermagem ignorar repetidamente instruções de serviço, perturbando ou comprometendo o processo operacional.

Compreender essas diferenças ajuda os profissionais de enfermagem a avaliar corretamente suas responsabilidades e evitar consequências legais. Treinamentos regulares e a implementação de práticas de trabalho em conformidade com a lei são essenciais para minimizar riscos.

2.3 Relação entre responsabilidade civil, responsabilidade e violação de dever.

O relacionamento entre responsabilidade, obrigação e violação de deveres na assistência a idosos constitui uma estrutura sensível que influencia significativamente o dia a dia dos cuidadores. A responsabilidade surge quando os cuidadores infringem seus deveres profissionais, causando danos. Tais violações de deveres podem resultar de descuido, desconhecimento ou ignorância dos padrões de cuidado. Responsabilidade é a obrigação de agir de acordo com o papel profissional e os princípios éticos.

A responsabilidade vai além do mero cumprimento de requisitos legais e inclui também considerações morais e éticas que colocam o bem-estar dos necessitados de cuidados em primeiro plano. Uma violação de dever ocorre quando os cuidadores não realizam adequadamente suas tarefas específicas, constituindo uma infração aos padrões legais ou contratualmente estipulados.

Os cuidadores devem estar cientes das possíveis consequências legais que podem resultar de um comportamento inadequado. Um exemplo é o tratamento inadequado da dor de um residente, que pode resultar de um conhecimento insuficiente da medicação. Essa violação de dever pode ter consequências tanto civis quanto criminais e trabalhistas, dependendo da gravidade e do impacto sobre o residente.

Um relacionamento claramente delineado entre responsabilidade e obrigação ajuda a desenvolver um melhor entendimento dos direitos e deveres no dia a dia do cuidado. Medidas preventivas, como treinamentos e a implementação de medidas de garantia da qualidade, são essenciais para evitar erros de cuidado. A documentação em tempo hábil e uma comunicação aberta na equipe também ajudam a reduzir o risco de casos de responsabilidade.

Assim, é possível proteger efetivamente a segurança e o bem-estar das pessoas que necessitam de cuidados e, ao mesmo tempo, minimizar o risco de que os cuidadores sejam responsabilizados. Isso garante que os cuidadores possam cumprir sua importante tarefa com o conhecimento legal necessário e o devido cuidado.

2.4 Fundamentos legais relevantes (BGB, SGB, Código Penal)

O Código Civil (BGB), o Código de Lei Social (SGB) e o Código Penal (StGB) formam as bases legais para a responsabilidade e deveres profissionais na assistência a idosos.

Código Civil (BGB): O BGB regula as reivindicações civis. Na assistência a idosos, isto diz respeito especialmente às reivindicações de indenização. Estas surgem, por exemplo, através da violação de deveres de cuidado. Um cuidador que prejudique um residente por negligência ou intencionalmente pode ser responsabilizado de acordo com o BGB. Particularmente relevantes são as disposições sobre atos ilícitos (§§ 823 e seguintes do BGB), que regulam quando alguém é obrigado a pagar indenização.

Código de Lei Social (SGB): O SGB abrange vários volumes que abordam diferentes aspectos da segurança social. Especialmente relevante para a assistência a idosos é o SGB XI, que regula o seguro de cuidados. Define benefícios, padrões de cuidado, bem como requisitos de qualidade. A aderência a esses padrões é obrigatória para os cuidadores, tanto para garantir a segurança do atendimento aos residentes quanto para proporcionar proteção legal aos cuidadores.

Código Penal (StGB): O StGB estabelece bases penais para infrações que podem ter consequências não apenas civis, mas também criminais. Na assistência a idosos, a lesão corporal (§§ 223 e seguintes do StGB) é particularmente relevante. Atos negligentes ou intencionais, como a administração incorreta de medicamentos, podem ser perseguidos criminalmente. Crimes como a violação do sigilo profissional (§ 203 StGB) também são relevantes, pois afetam a relação de confiança entre residentes e cuidadores.

A interação dessas bases legais é crucial. Os cuidadores devem conhecer e observar tanto as regulamentações civis quanto as sociais e criminais. Treinamentos e formação jurídica são essenciais para minimizar o risco de violações e garantir a segurança dos residentes. O conhecimento dessas situações legais e sua aplicação na prática é um pilar fundamental do trabalho de cuidado profissional.

3 Tipos de responsabilidade

3.1 Responsabilidade civil

No âmbito dos cuidados idosos, a responsabilidade civil refere-se à obrigação de indenizar uma parte lesada, caso uma ação ou omissão nos cuidados cause um dano. A base jurídica principal é o Código Civil (BGB). Em especial, os §§ 823 e seguintes do BGB desempenham um papel central quando se trata de reivindicações de indenização por ato ilícito.

Uma reivindicação de indenização pressupõe que haja uma violação de obrigação. Ao desempenhar suas funções, um profissional de saúde deve respeitar o cuidado exigido no trânsito. Se violar esse dever de cuidado e isso causar dano a um residente, isso pode fundamentar um caso de responsabilidade.

Exemplo: Uma enfermeira deixa um residente sem supervisão, que está em risco de queda e cai da cama. Aqui, pode haver um pedido de indenização por lesão corporal, se o dever de supervisão for violado.

Além disso, é necessário que haja culpabilidade. Distingue-se entre dolo e negligência. Age com negligência quem ignora o cuidado exigido no trânsito.

Para a questão da responsabilidade, a prova de causalidade é decisiva. Deve-se provar que o comportamento incorreto nos cuidados foi a causa do dano ocorrido. Na ausência dessa prova, a responsabilidade geralmente é eliminada.

A indenização abrange tanto danos materiais quanto imateriais. Danos materiais podem ser, por exemplo, custos de tratamento ou perda de rendimentos. Danos imateriais consistem, geralmente, em reivindicações de indenização por dor e sofrimento. O valor da indenização por dor e sofrimento se orienta pela extensão da dor sofrida e pelas circunstâncias individuais do caso.

Por fim, deve-se notar que instituições e empregadores são responsáveis pelo comportamento incorreto de seus empregados no âmbito da chamada “responsabilidade por auxiliares de execução” (de acordo com o § 278 BGB). Isso significa que o operador da instituição pode ser responsabilizado, mesmo quando há uma falha por parte de um profissional de saúde. Por isso, os profissionais de saúde devem, no próprio interesse e no interesse de seus empregadores, atuar sempre com o maior cuidado possível.

3.2 Responsabilidade penal

Responsabilidade penal na assistência a idosos ocorre quando o comportamento de um cuidador cumpre o que é definido como ato criminoso. Aspectos penais importantes incluem negligência, lesão corporal e homicídio por omissão.

Ao contrário da responsabilidade civil, a responsabilidade penal visa expiar injustiças e dissuadir comportamentos futuros inadequados. Aqui, a culpa individual de um cuidador está em foco.

A negligência é frequentemente um critério relevante em processos penais. Um cuidador age com negligência quando ignora o cuidado necessário e, assim, causa involuntariamente a morte ou dano à saúde de um residente. Um exemplo típico é desconsiderar as normas de segurança, resultando em um acidente.

Lesão corporal pode ocorrer quando um cuidador, por ação ou omissão, afeta a integridade física de um residente. Isso também inclui a administração inadequada de medicamentos, resultando em danos à saúde.

Particularmente grave é o homicídio por omissão. Aqui, a lei obriga os cuidadores a agir em determinadas situações para proteger a vida de um residente. Se não o fizerem sem motivo justificável, isso pode ser considerado homicídio por omissão. É crucial que haja posição de garantidor, ou seja, o cuidador tem a obrigação legal de agir.

Os cuidadores devem estar cientes de sua responsabilidade e das possíveis consequências penais. A violação do dever de cuidado pode não só aumentar a pena pessoal, mas também prejudicar a reputação de toda a instituição de cuidados. Processos penais podem resultar em multas, penas de prisão ou consequências profissionais. No interesse da proteção dos residentes e de sua própria segurança jurídica, os cuidadores devem sempre agir de maneira cuidadosa e responsável.

3.3 Responsabilidade trabalhista

Responsabilidade trabalhista na área de enfermagem geriátrica

A responsabilidade trabalhista na enfermagem geriátrica diz respeito à violação de obrigações contratuais de trabalho e pode resultar em medidas disciplinares, como advertência ou rescisão do contrato. Uma advertência é um aviso do empregador sobre uma conduta inadequada, que simultaneamente constitui um pedido de alteração de comportamento. Muitas vezes, é pré-requisito para uma rescisão contratual por comportamento. Exemplos de comportamentos que podem levar a uma advertência são repetidas faltas de pontualidade, desrespeito a regulamentos internos ou falha em manter documentação cuidadosa.

7 Este é apenas um Preview

O livro completo está disponível em <https://www.altenpflege.de> para usuários registrados. O registro e também o uso são gratuitos. Quem não quiser se registrar pode transferir o valor mencionado na página 2 via Paypal para buchhaltung@factsoft.de, indicando tanto o título do livro quanto o endereço de e-mail. Em seguida, receberá o PDF por e-mail.

Além do acesso gratuito aos livros didáticos resumidos, um registro no [altenpflege.de](https://www.altenpflege.de) permite candidatar-se diretamente a empregos. E também, publicar um anúncio de emprego gratuito. Façam parte também da comunidade [altenpflege.de](https://www.altenpflege.de).